



DESENVOLVIMENTO
E MEIO AMBIENTE

BIBLIOTECA
DIGITAL
DE PERIÓDICOS
BDP | UFPR

revistas.ufpr.br

Megaprojectos de mineração e o drama das comunidades locais no norte de Moçambique: o caso do distrito de Nacala-a-Velha, em Nampula

Mining megaprojects and the drama of local communities in Northern Mozambique: the case of Nacala-a-Velha District, Nampula

Vanito Viriato Marcelino FREI¹*

¹ Universidade Rovuma (UniRovuma), Nampula, Moçambique.

* E-mail de contato: vfrei@unirovuma.ac.mz

Artigo recebido em 28 de fevereiro de 2021, versão final aceita em 6 de junho de 2022, publicado em 23 de dezembro de 2022.

RESUMO: Este estudo analisa as implicações socioterritoriais dos megaprojectos de mineração nas comunidades locais moçambicanas, com destaque para o distrito de Nacala-a-Velha, na província de Nampula. Neste distrito, a mineradora multinacional Vale implantou um terminal ferroviário e construiu uma ferrovia de 912 km que liga os distritos de Moatize, na província de Tete, e Nacala-a-Velha para o transporte e exportação de carvão mineral. Para a recolha de dados foram desenvolvidas reuniões com grupos focais em quatro comunidades reassentadas pela Vale em Nacala-a-Velha. Concomitantemente, foram realizadas entrevistas envolvendo quatro representantes de partes interessadas na província de Nampula. Por meio de um referencial teórico crítico foi construída uma análise histórico-dialética das relações de poder e conflito envolvendo as estratégias geopolíticas de apropriação dos territórios de mineração e a consequente expropriação de comunidades em Moçambique. Os resultados do estudo apontam que as comunidades locais em Nacala-a-Velha atingidas pelo projecto da Vale estão compulsoriamente perdendo a posse e o controlo de suas terras e, com elas, os seus territórios. Como corolário, assiste-se a um processo de precarização das condições de vida material e imaterial das comunidades, em favor do chamado desenvolvimento capitalista.

Palavras-chave: megaprojectos de mineração; implicações socioterritoriais; comunidades locais; Nacala-a-Velha.

ABSTRACT: This study analyzes the socio-territorial impacts of mining megaprojects on local communities in Mozambique, with an emphasis on the district of Nacala-a-Velha, in the Nampula Province. In this district, the multinational

mining company Vale implemented a rail-port terminal and built a 912-km railway that links the districts of Moatize, in the province of Tete, and Nacala-a-Velha, for the transport and export of mineral coal. Data was collected through focus-group meetings with four communities resettled by Vale in Nacala-a-Velha and interviews with four stakeholders in the Nampula province. Using a critical theoretical framework, we carried out a historical-dialectical analysis of power and conflict relations involved in the geopolitical strategies of appropriation of mining territories and the consequent expropriation of communities in Mozambique. The results of our study indicate that local communities in Nacala-a-Velha impacted by the Vale project are forcibly losing land tenure and control, and hence their territories. As a corollary, a pauperization process affecting the communities' material and immaterial living conditions has been unfolding, in favor of the so-called capitalist development.

Keywords: mining megaprojects; socio-territorial implications; local communities; Nacala-a-Velha.

1. Introdução

Um dos primeiros territórios colonizados por um país europeu, Moçambique foi um dos últimos a ganhar sua independência política, em 1975. Situado na costa sudeste do continente africano, o país contava em 2019 com cerca de 29 milhões de habitantes (INE, 2020). Deste número, mais da metade (66%) vive nas zonas rurais e depende da agricultura de autossustento para sua sobrevivência. Considerado um dos países mais pobres do mundo, Moçambique apresenta um dos piores Índices de Desenvolvimento Humano, ocupando a 181ª posição no conjunto de 189 países avaliados (PNUD, 2020).

Caracterizado por uma economia fundamentalmente extractivista, Moçambique é rico em recursos territoriais, dentre os quais os minerais. Assim, existem no país, conforme apontam Brynildsen & Nombora (2013), grandes expectativas de que esta abundância poderá contribuir para a redução do flagelo de miséria em que se encontra a maioria dos moçambicanos. Tendo em vista o seu uso e no intuito de transformar as riquezas naturais em bens com valor de troca, o país tem estado a atrair investimentos estrangeiros e os fluxos de capital têm

adquirido dimensão significativa. Selemane (2010) e Castel-Branco (2010) referem que o governo moçambicano está determinado, por meio de concessões, a facilitar a extracção e exportação das suas riquezas naturais o mais rapidamente possível, acreditando que isso vá contribuir positivamente para financiar sectores vitais da sociedade moçambicana e, consequentemente, reduzir a pobreza no país.

No entanto, como a maioria das riquezas naturais existentes em Moçambique encontram-se em zonas recônditas onde as comunidades rurais desenvolvem suas actividades, a implantação de grandes empreendimentos implica quase sempre a expropriação das comunidades nativas para dar lugar à construção dos novos fixos. Em Nacala-a-Velha, por exemplo, a mineradora multinacional Vale teve de expropriar famílias de várias comunidades para dar lugar à construção de um terminal ferroportuário. Neste estudo, pretendemos analisar as implicações socioterritoriais decorrentes da implantação do projecto de construção do terminal ferroportuário pela Vale, considerando a edificação da ferrovia para o transporte do carvão entre Moatize e Nacala-a-Velha como parte de um processo de construção social de vulnerabilidades socioambientais.

Nesse sentido, o quadro teórico-metodológico

construído considera o território na sua dimensão de totalidade e multidimensionalidade, ou seja, como fruto das relações sociais historicamente instituídas com e na natureza (Haesbaert, 2009). Essa abordagem faz-se necessária, pois permite pensar as relações territorializadas de poder que estruturam o espaço socialmente produzido. Com efeito, o estudo privilegiou a análise histórico-dialética das relações de poder e conflito que envolvem as estratégias geopolíticas de apropriação dos territórios da mineração em Moçambique.

Para o entendimento analítico do objecto de estudo, foi desenvolvida uma pesquisa bibliográfica, que se constituiu na base para a reflexão teórica da realidade observada no campo. Também foi realizada uma pesquisa documental, que consistiu na análise crítica do quadro institucional e jurídico-legal sobre a terra e os recursos minerais em Moçambique. Para a recolha de informações e dados primários, foram desenvolvidos, em 2016, trabalhos de campo no distrito de Nacala-a-Velha e na cidade de Nampula, que abarcou a realização de entrevistas e reuniões com grupos focais. O objectivo foi compreender a dinâmica dos processos de uso, apropriação e exploração dos recursos minerais e suas implicações na vida das comunidades reassentadas.

Foram realizadas quatro reuniões envolvendo famílias reassentadas, sendo uma em cada comunidade, e quatro entrevistas. Estas envolveram um técnico do Serviço Distrital de Actividades Económicas de Nacala-a-Velha, um representante da Associação de Pescadores local, e dois técnicos na cidade de Nampula, um do Serviço Provincial do Ambiente e outro do Serviço Provincial de Recursos Minerais e Energia.

Visando a obter uma maior quantidade e

qualidade das informações, o estudo preservou o anonimato dos sujeitos sociais envolvidos, tratando as informações fornecidas de forma confidencial. Tais informações foram inicialmente transcritas e depois rigorosamente analisadas para comporem o estudo. Outrossim, a realidade empírica apurada foi confrontada, nalgumas vezes, com os relatórios da mineradora Vale, noutras vezes, com o contrato assinado entre a mineradora e o governo de Moçambique, bem como com o quadro jurídico-legal moçambicano sobre a terra, os recursos minerais e o meio ambiente.

2. Breve caracterização da área de estudo

A pesquisa foi desenvolvida em quatro comunidades do distrito de Nacala-a-Velha: Mucaia 1, Mucaia 2, Naxiropa e Muriaco. A Figura 1 apresenta a localização destas comunidades.

O distrito de Nacala-a-Velha, com sede na vila homónima, está situado ao longo da faixa litoral da província de Nampula, a aproximadamente 210 km da capital provincial (cidade de Nampula), e a cerca de 30 km de Nacala Porto, o principal polo de desenvolvimento económico da região. Devido a sua proximidade com este porto, o distrito de Nacala-a-Velha integra a Zona Económica Especial de Nacala.

Com uma superfície de aproximadamente 1.000 km², o equivalente a 1,2% da superfície da província de Nampula, o distrito de Nacala-a-Velha contava em 2017 com uma população de 121.726 habitantes, correspondente a 2,2% da população total da província (INE, 2019). A densidade populacional do distrito é de 126 habitantes/km², superior à média provincial de 70 habitantes/km² (INE, 2019).

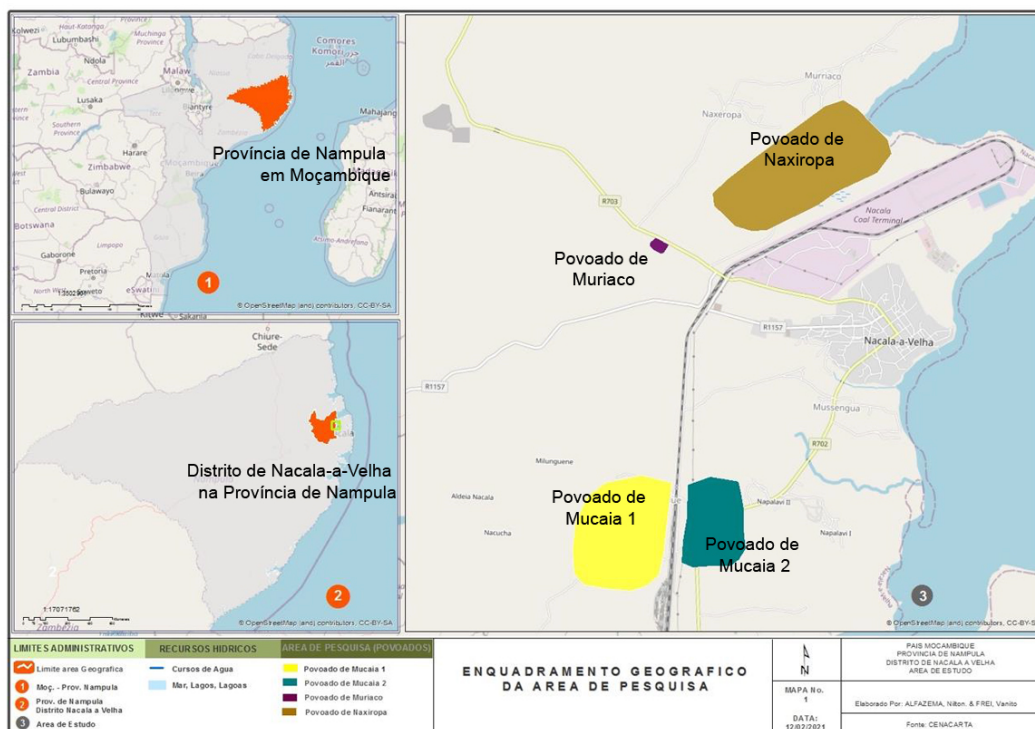


FIGURA 1 – Enquadramento geográfico da área de estudo.

FONTE: Organizado pelo autor, 2021.

A população de Nacala-a-Velha encontra-se organizada em cerca de 30.000 agregados familiares. O sector primário predomina no distrito, ocupando 93% da população activa, seguido do sector terciário que ocupa 6% da população activa, e por fim, do sector secundário com apenas 1% da população activa (MAE, 2014).

Apesar da importância da agricultura para a economia local, os terrenos para cultivo, as

*machambas*¹, na sua maioria não estão titulados. A terra é principalmente explorada em regime de consorciação de culturas alimentares e a produção agrícola reside no trabalho dos membros do agregado familiar, eventualmente com recurso a trabalho sazonal remunerado. A pesca do tipo artesanal é também uma das principais actividades económicas dominantes no distrito, principalmente para as comunidades que residem ao longo da costa. As

¹ Superfície/porção de terra separada de outras por fronteiras naturais (rios, montes) ou artificiais (estradas, sebes, demarcações) que se destina à produção agrícola (INE, 2011). No Brasil, *machamba* equivaleria a roça.

capturas resultantes desta actividade são usadas para o autoconsumo familiar e para a comercialização. À semelhança da agricultura, a actividade pesqueira no distrito é dominada pelo sector familiar.

Em termos do potencial geológico, existem no distrito de Nacala-a-Velha vários recursos minerais, com destaque para as pedras preciosas e semipreciosas (especialmente quartzo, água-marinha e turmalina), besmotite, argila, pedra e areia para construção. A actividade mineira no distrito é basicamente artesanal, dominada pelo sector familiar. Embora a mineração seja desenvolvida em pequena escala, existem, em Nacala-a-Velha, inúmeras concessões mineiras, maioritariamente concentradas na sede do distrito.

3. Território e processos de territorialização: breve enquadramento teórico

Entendendo que a abordagem do território representa o conjunto de argumentos que possuem esse conceito como o fio condutor da articulação teórica, discutir caminhos e perspectivas desta abordagem é essencialmente discutir teoria (Heidrich, 2010). Embora seja um conceito central à geografia, o território e os processos de territorialização, por terem a ver com a espacialidade humana, “têm certa tradição, também, em outras áreas” (Haesbaert, 2004, p. 89), o que torna o território um conceito polissêmico.

Souza (1995, p. 84) entende que “o território surge na tradicional geografia política como o espaço concreto em si (com seus atributos naturais e socialmente construído) que é apropriado, ocupado por um grupo social”. Essa noção de território, denominada por Ratzel como o *espaço vital*, refere-se,

geralmente, a uma circunscrição do espaço por meio do poder (ainda que Ratzel tenha *coisificado* o conceito de território em sua obra ao usá-lo como sinónimo de solo ou ambiente). Contudo, é dentro da *geografia crítica* contemporânea que aparecem as principais contribuições ao conceito de território, quer como uma categoria epistemológica de análise, quer como uma categoria efectivamente existente do ponto de vista ontológico, tomando por base o seu carácter relacional. Além deste, o território é também analisado a partir do seu carácter multi-dimensional.

O território enquanto relação deve ser entendido no sentido de não apenas ser definido sempre dentro de um conjunto de relações histórico-sociais, mas também de incluir uma relação complexa entre processos sociais e o espaço material, seja ele visto como a primeira ou a segunda natureza para utilizar os termos de Marx (2000). Outro aspecto importante ao se enfatizar o sentido relacional do território é a ideia de que ele não implica uma leitura simplista de espaço como enraizamento, estabilidade, delimitação e/ou *fronteira*. Enquanto relação social, uma das características importantes do território é a sua historicidade. Para Haesbaert (2009), o carácter relacional do território, ou seja, enquanto mediação espacial do poder, resulta da interacção diferenciada entre as múltiplas dimensões desse poder, desde sua natureza estritamente política até seu carácter propriamente simbólico, passando pelas relações dentro do chamado poder económico, indissociáveis da esfera jurídico-política.

Raffestin (1993) entende que além da dimensão material do território ligada ao Estado-Nação, caberia ao conceito de território as relações de poder que nele se estabelecem. Na mesma linha, Souza (1995), em sua primeira aproximação a este con-

ceito, entende que o território é fundamentalmente um espaço definido por e a partir de relações de poder. De acordo com esse autor, como não existe um único tipo de poder, tampouco existe um único tipo de território.

Em sua segunda aproximação ao conceito de território, Souza (1995, p. 87 e 99, ênfases no original) aponta que “territórios são, no fundo, antes relações sociais projectadas no espaço, que espaços concretos”, ou seja, “relações de poder espacialmente delimitadas e operando, destarte, sobre um substrato referencial”. Nesse sentido, o autor compara o território a um *campo de força*. Seguindo essa análise, Saquet (2003) entende que como as relações são múltiplas, os territórios também o são, revelando a complexidade social e, ao mesmo tempo, as relações de indivíduos ou grupos sociais com uma parcela do espaço relativamente delimitado. Em outras palavras, o território é resultado do processo de produção *do e no* espaço geográfico.

Santos (2002) procede a uma distinção entre o espaço natural, que se aproxima da ideia do território em si, e o espaço geográfico, que se confunde com a ideia do território usado, em que o primeiro se afigura como forma e o segundo como estando imbricado por objectos e técnicas. Portanto, o autor considera que é o uso do território, e não o território em si, que faz dele objecto de análise social. O autor entende ainda que o território usado se constitui como um todo complexo no qual se tece uma trama de relações complementares e conflitantes. O território usado, visto como uma totalidade, é um campo analítico privilegiado na medida em que, de um lado, nos revela a estrutura global da sociedade e, de outro, a própria complexidade de seu uso.

Santos (2002) distingue ainda as noções de território como recurso e de território como abrigo.

Nesse sentido, o autor considera que enquanto para os actores hegemónicos o território usado é um recurso, garantia de realização de seus interesses particulares, para os sujeitos hegemonzados trata-se de um abrigo, buscando constantemente se adaptar ao meio geográfico local, ao mesmo tempo que recriam estratégias que garantam sua sobrevivência nos lugares. Na interacção território-sociedade, o território participa num sentido explicitamente relacional, tanto como *actor* quanto como *agido* ou *objecto de acção* (Santos, 2002).

Já a análise do território em seu carácter multidimensional considera a sua dualidade materialismo-idealismo. Assim, Haesbaert (2004, p. 91; 2009, p. 40) classifica as concepções na interpretação do território em três vertentes básicas:

- (i) jurídico-política — que se refere às relações espaço-poder, no qual o território é visto como um espaço delimitado e controlado através do qual se exerce um determinado poder, com destaque para o poder político do Estado;
- (ii) económica — que enfatiza a dimensão espacial das relações económicas, onde o território é visto como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho; e
- (iii) cultural(ista) ou simbólico-cultural — que prioriza a dimensão simbólica e mais subjectiva, em que o território é visto, sobretudo como o produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido. Esta perspectiva é mais voltada para o indivíduo e diz respeito à territorialidade.

Segundo Raffestin (1993, p. 160), “a territorialidade pode ser definida como um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espaço-tempo em vias de atingir a maior autonomia possível, compatível com os recursos do sistema”. Sposito (2000; 2004) refere que a

territorialidade pertence ao mundo dos sentidos e, portanto, da cultura, das interações cuja referência básica é a pessoa e a sua capacidade de se localizar e de se deslocar. Haesbaert (2009), considera que a territorialidade é o conceito utilizado para enfatizar as questões de ordem simbólico-cultural.

Entre as perspectivas materialistas do território distinguem-se duas posições fundamentais: a naturalista, segundo a qual o território aparece como imperativo funcional, como elemento da natureza inerente a um povo ou a uma nação e pelo qual se deve lutar para proteger ou conquistar. A perspectiva social-marxista, por sua vez, considera a base material, em especial as relações de produção, como o fundamento para compreender a organização do território (Haesbaert, 2004; 2009).

Assim, da mesma forma que o território é fundamental para a realização das relações sociais, estas, por sua vez, produzem continuamente territórios de formas contraditórias, solidárias e conflitivas. Esses vínculos são complementares e indissociáveis. Conforme refere Fernandes (2005), a contradição, a solidariedade e a conflitividade são relações explicitadas quando se compreende o território em sua multidimensionalidade. O território como espaço geográfico contém os elementos da natureza e os espaços produzidos pelas relações sociais. É, portanto, uma totalidade restringida pela intencionalidade que o criou. A sua existência e sua destruição serão determinadas pelas relações sociais que dão movimento ao espaço, ou seja, o território é espaço de liberdade e dominação, de expropriação e resistência. É, portanto, esse território que interessa à análise neste estudo: o território enquanto totalidade e multidimensionalidade.

Diante dos intensos processos de exclusão social provocados pelas políticas neoliberais, a palavra

de ordem seria pensar os movimentos dos territórios como forma de compreender melhor os conflitos existentes. Segundo Fernandes (2005, p. 28), “os movimentos das propriedades dos territórios são: expansão, fluxo, refluxo, multidimensionamento, criação e destruição”. Nesse sentido, a expansão e/ou a criação de territórios seriam ações concretas representadas pela territorialização, enquanto o refluxo e a destruição representar-se-iam pela desterritorialização. Assim, a territorialização seria o resultado da expansão do território, contínuo ou interrupto, enquanto a territorialidade seria dada pela manifestação dos movimentos das relações sociais mantenedoras dos territórios que produzem e reproduzem ações próprias ou apropriadas. A desterritorialidade seria dada pelo impedimento da realização da territorialidade ou de uma das suas manifestações.

Haesbaert (2004, p. 339-340) considera que por “territorialização, entende-se as relações de domínio e apropriação do espaço, ou seja, nossas mediações espaciais do poder, poder em sentido amplo, que se estende do mais concreto ao mais simbólico”. Nesse sentido, se a territorialização envolve sempre uma relação de poder ao mesmo tempo concreto e simbólico, mediada pelo espaço, por meio deste faz-se um controle de processos sociais. É evidente que, como toda relação de poder, a territorialização é desigualmente distribuída entre sujeitos e/ou classes sociais. Como tal, haverá sempre, lado a lado, ganhadores e perdedores, controladores e controlados, territorializados que desterritorializam por uma reterritorialização sob seu comando e desterritorializados em busca de uma outra reterritorialização, de resistência, distinta daquela imposta pelos seus desterritorializadores.

Portanto, a grande questão que se coloca hoje

é de que tipo de *controlo* se trata quando se fala de territorialização como um processo social de controlo de movimentos pelo controlo do espaço? E de que espaço, também, é que se trata? Sob condições ditas de pós-modernidade, as mudanças dão-se, em primeiro lugar, na experiência social de espaço-tempo, na qual os sistemas de objectos e acções se mergulham numa dinâmica complexa não só em termos da nova temporalidade aí inserida, como também no que se refere às novas interacções entre objectos e imagens, materialidade e imaterialidade.

Neste estudo, o conceito de território adoptado envolve, ao mesmo tempo, a dimensão espacial (material) das relações sociais, e a das relações de poder e conflito de classes. Além disto, envolve o conjunto de representações simbólicas que tanto move como integra ou é parte indissociável destas relações. Por outro lado, entende que o território resulta das acções entre os diversos actores que se territorializam num processo histórico-espacial em contínua transformação. Já a desterritorialização (leia-se expropriação) como produto espacial, o estudo considera que resulta do embate entre classes sociais (Haesbaert, 2009; Calaça, 2013).

4. A inserção de Moçambique na produção mundial de commodities minerais

A exploração de minérios no país remonta ao período pré-colonial. Ao lado da agricultura, a mineração foi decisiva para a fixação dos primeiros povos de origem bantu na região, e mais tarde para a prosperidade comercial dos primeiros impérios. Frei *et al.* (2016) apontam que a procura de minérios foi também responsável pela fixação dos portugueses em Moçambique. A partir de meados do século XV,

deu-se o início do processo de penetração mercantil portuguesa no país, inicialmente motivado pela demanda de ouro destinado à aquisição das especiarias asiáticas e, mais tarde, para o crescimento económico da metrópole. Este facto culminou com o processo de colonização de Moçambique por Portugal e o prelúdio dos processos violentos de expropriação das comunidades nativas. Com efeito, o território moçambicano foi organizado para atender os interesses políticos, económicos e sociais do colonizador.

Com a independência política do país em 1975, o governo da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) definiu como preocupação fundamental para o desenvolvimento do país a planificação socialista da economia. Consequentemente, a nova forma de gestão do território culminou com o processo de nacionalização da terra. Isto fez com que os camponeses tivessem esperanças de ocupar as terras não utilizadas pelas grandes explorações agrícolas e mineradoras capitalistas dos colonos, que foram transformadas em empresas estatais, alargando a semiproletarização e a degradação das condições de produção e de vida das famílias camponesas.

O processo de nacionalização da terra não somente abrangeu as propriedades dos colonos, mas também as parcelas de terra da população nativa. Este facto justifica, em parte, a rejeição da população e, possivelmente, o consequente fracasso do novo modelo de desenvolvimento então imposto. A esse respeito, Abrahamsson & Nilsson (1994), Ferrão (2002), Mosca (2011) e Matos (2016) referem que o alcance da independência associado à implementação de políticas sociais e económicas pró-socialistas também não agradou aos países vizinhos, nem ao Ocidente.

Frei (2019) enfatiza esse aspecto ao afirmar

que em consequência da adopção do sistema de orientação socialista, antes mesmo que os moçambicanos consolidassem as conquistas e a euforia da libertação da pátria, o país viveu imediatamente a seguir à independência, a guerra civil, entre 1976 a 1992. Neste período, Moçambique foi assolado por fenómenos naturais extremos (secas, cheias e ciclones) que, combinados com a guerra civil, foram gradativamente fragilizando as instituições do Estado e os programas de desenvolvimento que já tinham sido planificados para o país.

Outrossim, enquanto o país vivia momentos tenebrosos, era, ao mesmo tempo, instituída em nível internacional, conforme refere Mendonça (2004), uma nova (des)ordem geopolítica, perante o processo de reestruturação produtiva do capital. Na senda desse processo, grandes empresas multinacionais buscam, então, assegurar novas áreas de influência com relativa riqueza de recursos territoriais, dentre os quais os minerais. Matos (2016) entende que desde a colonização, o capital (re)descobriu que a conquista do espaço era a *varinha mágica* de sua perpetuação. Desde então, novos espaços passaram a ser fontes de apropriação de mais-valia. As lutas pela conquista da emancipação desses espaços criaram barreiras à *varinha mágica* do sistema e novas formas de submissão desses espaços ao capital deveriam ser (re)inventadas.

Por sua vez, Mendonça (2004) considera que a reestruturação produtiva do capital, conduzida pelas grandes empresas, corporações e conglomerados transnacionais, expressa a sublevação e a interminável incerteza do *sujeito* da modernização capitalista: o capital. Já Thomaz Júnior (2005) entende a reestruturação produtiva como um projecto não acabado do capitalismo tardio, já que não constitui uma nova hegemonia do capital na produção que se

materializa territorialmente em nome da restauração de formas e procedimentos de dominação.

Harvey (2012) considera que a busca por novos espaços enquanto adiamento das crises do sistema capitalista permitiu a introdução do neoliberalismo como uma ferramenta que aprofundou a corrida pelos recursos territoriais dos *países periféricos*, por meio da privatização de bens e serviços públicos. Em Moçambique, por exemplo, o neoliberalismo criou as bases para a introdução de novas territorialidades, muitas vezes geradoras de exclusão tanto geográfica como socioeconómica, ambiental e cultural. A sua materialização foi legitimada pelo poder do Estado, que, por meio das reformas legais e institucionais visando a preparar o país para a entrada do investimento estrangeiro, embasou as condições para a vulnerabilização e precarização das condições de vida da maior parte da população, sobretudo no meio rural.

Na esteira desse processo, e considerando que a resposta do governo moçambicano provavelmente não ofereceu condições suficientes para sustentar o projecto socialista, aliado às pressões que o país recebia do Ocidente, Moçambique viu-se compelido, a partir de finais da década de 1980, a mudar sua orientação política e económica. Este facto consumou-se por meio da adesão do país aos programas de ajustamento estrutural financiados pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional. Tal mudança implicou a introdução de reformas políticas, económicas e sociais que tornaram viável a transição do país para o neoliberalismo e, com ele, o neoextractivismo como elemento de internacionalização de áreas periféricas. Dessa forma, o país abriu espaço para a entrada do investimento directo estrangeiro e apostou nos megaprojectos de mineração para a exploração das riquezas naturais.

Entretanto, o modo contraditório e excludente como esses projectos se materializam (Calaça, 2013) está implicando na expropriação violenta das comunidades locais moçambicanas.

Ademais, como as riquezas naturais de que o país dispõe se encontram geralmente em áreas comunitárias, aproveitadas para autossustento ou reservadas para usos futuros, sua (re)descoberta, em quantidades e qualidades que favorecem sua exploração comercial, pode implicar na mudança de seu uso (Matos, 2016). Com efeito, dada a crescente demanda de recursos minerais no mercado internacional, a integridade territorial das comunidades locais em Moçambique está sendo colocada à mercê das estratégias de desenvolvimento capitalista.

A despeito disso, observa-se que o processo de apropriação dos territórios da mineração em Moçambique e consequente expropriação das comunidades locais se afigura enquanto lógica de reestruturação produtiva e de reprodução ampliada do capital como duas faces da mesma moeda. Por um lado, o capital (re)organiza os territórios locais para deles se apropriar a fim de alentarem às demandas do desenvolvimento capitalista. Por outro lado, tal processo enquanto condição fundamental para a obtenção de mais-valia expropria as comunidades e intensifica os conflitos sobre a posse e segurança de terra e demais recursos no meio rural moçambicano. Para a maioria das populações, estes significam a base de sua reprodução social, material e imaterial.

Conforme aponta Matos (2016), nos tempos actuais, nos quais os ditames do mundo estão sendo

cada vez mais definidos por interesses alheios aos locais de ocorrência dos fenómenos, as transformações do território tendem a ser mais draconianas para as áreas de acolhida das investidas do capital internacional. A procura por novas áreas geradoras de processos de acumulação de capitais tem tornado as áreas *periféricas* mais dependentes das estratégias adoptadas pelos países do *centro*. Em regra, estes países, através de seus representantes (corporações, conglomerados, multinacionais), pressionam as áreas periféricas à adopção de políticas económicas, sociais, ambientais e até culturais em favor de interesses do capital e em detrimento de demandas territoriais locais.

Em Moçambique, o processo de inserção do território nos fluxos internacionais de acumulação de capital e, por conseguinte, de apropriação dos recursos minerais, tem sido possível graças à colaboração do Estado, associado ao capital estrangeiro. Nesse processo, o Estado tem vindo constantemente a reformular o quadro jurídico-legal nacional visando ao fortalecimento de algumas leis, como a Lei de Terras e a Lei de Minas². Tal reformulação legislativa não tem em vista garantir a segurança, posse e controlo dos territórios por parte das comunidades, mas incentivar as grandes corporações internacionais a investirem no país.

Além das constantes investidas na legislação perpetradas pelo Estado visando a facilitar o investimento directo estrangeiro no país, tanto o capital como o governo se utilizam de discursos positivistas de desenvolvimento e de bem-estar social (Catsossa,

² A primeira Lei de Terras data de 1979 (Lei n.º 6/79, de 3 de Julho) e a segunda (actualmente em vigor) de 1997 (Lei n.º 19/97, de 1 de Outubro). Por sua vez, a primeira Lei de Minas data de 1986 (Lei n.º 2/86, de 16 de Abril), a segunda de 2002 (Lei n.º 14/2002, de 26 de Junho), e a terceira (em vigor) de 2014 (Lei n.º 20/2014, de 18 de Agosto) (Frei, 2020).

2015), para amear *consensos sociais*, usando os termos de Mendonça (2004), que justifiquem a incursão do capital nos territórios das comunidades. Catsossa (2015) considera que esses discursos não passam de uma farsa, pois ocultam o carácter controverso do modo de produção capitalista, na medida em que as relações que se estabelecem entre as políticas públicas e as legislações aprovadas e em vigor no país sempre atenderam interesses alheios às comunidades.

Como as referidas leis e discursos concedem preferência, sobretudo ao investidor estrangeiro, a expropriação das comunidades torna-se um processo irreversível (Matos, 2016). Em Moçambique, a cada dia, as comunidades são compelidas a se reinventarem em resultado das significativas mudanças que os processos de territorialização e acumulação de capital têm engendrado nos padrões de uso, posse e controlo dos seus territórios (Frei, 2019).

Em síntese, pode-se dizer que a inserção contraditória de Moçambique nos fluxos internacionais de acumulação de capital é uma imposição premente do papel do Estado e da economia internacional. Essa imposição se efectiva, conforme Harvey (2012), pela *acumulação por espoliação*, em que os megaprojectos de mineração e demais processos de reprodução do capital transformam os territórios em espaços homogêneos e produtores de lucratividade e, conforme refere Gonçalves (2016), subordinam o governo aos interesses do capital estrangeiro.

Mendonça (2004) considera que a inserção dos territórios das comunidades no sistema de produção capitalista de mercadorias não apenas transforma as riquezas naturais desses territórios, mas transforma o trabalho, a cultura e os modos de vida das comunidades onde os megaprojectos se encontram implantados. Aliás, visando a garantir

a reprodução de mais-valia, uma das estratégias usadas pelos megaprojectos de mineração consiste, por um lado, na eliminação dos *sujeitos indesejados* e, por outro, na produção de enormes *contingentes de excluídos* (Bata & Barreira, 2015). Por isso, as comunidades locais são expulsas de suas terras e obrigadas a reconstruírem uma nova história, cultura e identidade, através de processos de reassentamentos compulsórios.

Paralelamente, o processo de territorialização do capital e dos megaprojectos de mineração em Moçambique, particularmente na província de Nampula, tem intensificado não só as desigualdades socioespaciais, como também os conflitos no seio das comunidades. Estas lutam incessantemente em defesa das terras em sua posse, bem como de seus territórios e dos recursos que constituem a base para sua reprodução social. Conforme aponta Calaça (2013), a existência de conflitos é própria do processo de territorialização do capital, que é ao mesmo tempo incluyente e excluyente. Esse processo é articulado pelos interesses institucionais, que comumente apoiam as iniciativas dos actores hegemónicos. Ou seja, são da natureza dos processos territoriais, disputas, alianças e subordinações.

Além de intensificar as desigualdades socioespaciais, a acção do capital multinacional afecta directamente a estrutura do trabalho, quer pela sua precarização quer pelo aumento do subemprego local, dado o carácter intensivo e qualificado em mão-de-obra que caracteriza os megaprojectos de mineração. A esse respeito, Frei (2019) considera que a implantação e expansão dos grandes empreendimentos de mineração no país e, particularmente, na província de Nampula, impactam também na esfera tradicional das comunidades, vulnerabilizando-as nas suas diferentes dimensões. Este aspecto fica

evidente quando, por exemplo, o projecto implica a remoção e transferência de cemitérios, forçando os sujeitos já territorializados a se distanciarem dos lugares habituais de sacralização das suas relações espirituais.

Os territórios das comunidades locais em Moçambique são na sua maioria caracterizados pela ocorrência de riquezas naturais, tornando-os territorialmente diferenciados. Tal facto, leva a que esses territórios sejam palcos de estratégias geopolíticas de apropriação territorial que, por sua vez, são (re)funcionalizados para atenderem os interesses do capital. O facto de esses territórios possuírem riquezas naturais leva também a que as empresas multinacionais estrangeiras, em parceria com o Estado, potenciem pesquisas para a exploração desses recursos, injectando capital, investimento em infra-estrutura e outras condições necessárias para a implantação dos referidos megaprojectos, cuja materialização no espaço se dá pela acumulação por espoliação e consequente expropriação das comunidades.

5. A Vale e o processo de construção de seus territórios em Moçambique

A Vale é hoje uma mineradora multinacional e uma das maiores operadoras de logística no Brasil, com acções negociadas em diversas bolsas de valores internacionais. Em Moçambique, sua presença está ligada ao processo de exploração de carvão mineral na bacia carbonífera de Moatize, na província central de Tete. No intuito de valorizar esta exploração de carvão, o governo da FRELIMO estabeleceu parcerias com as autoridades brasileiras que pretendiam ampliar a sua produção de ferro para

abastecer o mercado chinês.

Assim, no momento em que o país abria as portas para o neoliberalismo, em 1987, iniciaram-se os primeiros contactos entre o governo moçambicano e a então Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), actual Vale. Em 1989, em meio à situação da guerra civil moçambicana, foi assinado o primeiro acordo entre a CVRD e o governo moçambicano para a elaboração de um projecto de exploração das reservas de carvão de Moatize. Este acordo seria materializado por meio da implantação de um complexo mina-ferrovia-porto. Contudo, os planos do governo para valorizar esta exploração ficaram condenados ao fracasso, dada a situação de guerra e instabilidade em que o país se encontrava.

Com o fim da guerra em 1992, reacendeu-se o interesse das companhias estrangeiras, dentre as quais a CVRD, para a exploração do carvão de Moatize. A localização estratégica de Moçambique junto ao oceano Índico e próximo do mercado chinês, se comparado com o Brasil, era um grande diferencial de mercado que a CVRD pretendia aproveitar visando a minimizar os custos em transporte.

Com efeito, a CVRD assinou, em 2003, um memorando de viabilidade para a exploração dos depósitos de carvão em Moatize. Rossi (2015) considera que o governo brasileiro de Lula ajudou no processo de instalação da multinacional em Moçambique, angariando simpatias locais ao projecto brasileiro por meio de apoio político e promessas de crédito do Banco Nacional de Desenvolvimento Económico e Social. O perdão das dívidas que o país tinha contraído no contexto da guerra civil e da crise imposta foi importante para que o governo moçambicano desse privilégio à CVRD na assinatura do memorando (Rossi, 2015).

Em 2004, um consórcio liderado pela CVRD

em associação com a American Metals and Coal International “venceu” o leilão para a exploração da mina, por USD 122,8 milhões. Trata-se do maior investimento económico do Brasil na África, conquistado com o apoio do governo Lula, e supera em território moçambicano qualquer negócio da China, que promove uma corrida mais robusta para a África, e dos EUA (Rossi, 2015).

A incorporação da Rio Doce Moçambique Limitada, empresa criada pelo consórcio, aconteceria em Abril de 2005. Os estudos sobre o financiamento e a viabilidade técnica do projecto foram concluídos em Novembro de 2006. E a 26 de Junho de 2007, foram aprovados pelo Conselho de Ministros os termos do contrato de concessão mineira à Vale Moçambique para a exploração de carvão numa área de 23.780 hectares.

Antes disso, a presença brasileira em Moçambique era pequena. Depois, o país tornou-se um dos principais polos de negócios brasileiros no continente africano. As actividades da Vale são muito relevantes para Moçambique por conta do volume de investimentos envolvido e do poder de atracção de outras grandes empresas brasileiras prestadoras de serviços. Por exemplo, a Vale levou consigo algumas das maiores construtoras brasileiras para erguerem obras do projecto de carvão, como Odebrecht, Camargo Corrêa e OAS.

As negociações em torno do carvão de Moatize entre o Governo de Moçambique e a empresa brasileira não foram de igual para igual. Rossi (2015) refere que no ano em que o contrato da Vale foi assinado, o valor de mercado da mineradora era de

USD 154 biliões e o PIB de Moçambique apenas de USD 8,6 biliões. Conforme se pode observar, a palavra final sobre os termos do contrato coube, de facto, à mineradora. Alavancada pela Vale, a presença do Brasil em Moçambique só foi possível porque a companhia, em estrita ligação com o governo, camuflou o real propósito do projecto. É o capital guiando com a força que lhe é característica o destino de uma nação inteira.

Em Março de 2008, a Vale lançou a pedra fundamental do Projecto Moatize. Em 2010, a mineradora comprou, por USD 21 milhões, a participação de 51% na Sociedade de Desenvolvimento do Corredor do Norte (SDCN)³. Contudo, foi necessária a construção de alguns trechos de ferrovia, bem como de um novo porto na região de Nacala. A aquisição teve justamente a finalidade de permitir a expansão de Moatize e a criação de uma infra-estrutura de logística como apoio às operações da Vale na África Central e do Leste. Após a construção dos novos trechos, os dois sistemas interligaram-se em um ponto próximo à região mineira de Moatize.

Dentro deste contexto, vale ressaltar que, para possibilitar a implantação da mina de carvão de Moatize, milhares de famílias que residiam nas áreas contíguas e adjacentes à mina tiveram de ser compulsoriamente removidas e impelidas a se deslocarem para os bairros de reassentamento construídos pela Vale⁴. Tal facto repetira-se no distrito de Nacala-a-Velha, situado a jusante da mina de Moatize. Na secção a seguir, analisamos, as implicações desses empreendimentos nas comunidades locais neste distrito.

³ A SDCN participava de dois sistemas ferroviários na África, com extensão total de aproximadamente 1.600 km, em Moçambique e no Malawi (Vale, 2012).

6. A Vale e o drama das comunidades locais em Nacala-a-Velha

Um dos alegados problemas enfrentados em Moçambique pelos megaprojectos, dentre eles o da Vale, está relacionado com a logística de transporte (Rossi, 2015). Visando a minimizá-lo, a Vale construiu, além da ferrovia que liga a mina de carvão de Moatize ao distrito de Nacala-a-Velha, um porto marítimo de águas profundas aí para exportar o carvão. Esta iniciativa faz parte de um empreendimento logístico maior denominado Projecto Corredor Nacala, cujo principal objectivo é garantir a capacidade do transporte ferroviário, de modo a permitir a exportação do carvão extraído da mina de Moatize. Por detrás disso existem outros interesses: reduzir custos de transporte, produzir e maximizar lucros com o controlo da ferrovia.

O Projecto Carvão Moatize previu o escoamento do produto via Linha de Sena e Porto da Beira, a qual, todavia, apresenta restrições técnicas para suportar um aumento de produção. Para garantir a expansão da produção e o escoamento do carvão, a Vale se viu compelida a desenvolver uma alternativa logística. É, assim, neste contexto que se inseriu o Projecto Corredor Nacala como infra-estrutura logística necessária para o projecto de expansão do Complexo Industrial Moatize desde 2015.

A baía de Nacala apresenta condições naturais muito favoráveis para a operação portuária. Contudo, o porto já existente apresenta limitada área

on shore (em terra), inviabilizando a instalação de pátios para as pilhas de carvão e demais equipamentos e infra-estruturas. Assim, Nacala-a-Velha apresentou-se como boa alternativa à instalação do novo terminal de carvão. Para que se possa melhor compreender as estratégias geopolíticas da constituição do Corredor de Nacala, consideramos oportuno resgatar o processo histórico de sua formação, visando à apreensão das relações políticas e económicas que sempre estiveram ligadas à sua construção e uso.

6.1. O Corredor de Nacala

Em Moçambique, a construção de estradas de ferro data do período colonial. O objectivo principal era ligar as regiões produtoras situadas no interior do território e as regiões costeiras para o escoamento da produção. Na região norte do país, a ferrovia ligando o litoral, na província de Nampula, ao interior, até a fronteira com o Malawi, foi inicialmente concebida no início do século XX. Em 1912 começou a construção da estrada de ferro a partir de Lumbo, na Ilha de Moçambique, até Nacala, de modo a beneficiar da construção de um novo terminal portuário nesta cidade. A ferrovia chegou, em 1926, a Nampula, que rapidamente se tornou a terceira cidade da colónia e, em 1941, chega a Mutuáli no distrito de Malema, província de Nampula.

⁴ A Companhia compeliu o deslocamento de 1.313 famílias das comunidades de Malabwe, Chipanga, Bagamoio e Mithete, todas situadas em Benga, no distrito de Moatize, para os bairros de reassentamento construídos pela mineradora. Uma parte das famílias foi reassentada em Cateme, no posto administrativo de Cambulatsitsi, e outra parte no bairro 25 de Setembro, no posto administrativo de Moatize-Sede, ambos também no distrito de Moatize.

O Corredor de Nacala tornou-se, historicamente, um assunto principal na agenda dos governos de Moçambique e Malawi. Esta ferrovia acarretou um aumento significativo do volume de negócios no Porto de Nacala, o que se manteve até a intensificação da guerra civil moçambicana, que causou sérios impactos sobre a linha e o tráfego transfronteiriço, chegando mesmo a interromper o seu circuito. Esses países tiveram que adoptar rotas alternativas para suas cargas, via rodoviária, utilizando portos da África do Sul e da Tanzânia, aumentando significativamente seus custos em transporte.

Em 2012, iniciaram as actividades de desenvolvimento do Corredor de Nacala, um investimento da Vale e da empresa pública Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique (CFM), segundo o boletim informativo do projecto publicado em 2016 (Vale, 2016). O investimento corresponde a cerca de USD 3 milhões, dos quais 1,9 milhões estão aplicados em Moçambique e 1,1 milhões no Malawi, cujo território é atravessado pela linha que liga Moatize ao porto de Nacala-a-Velha.

O projecto de desenvolvimento do Corredor de Nacala é composto por duas principais componentes: a ferroviária e a portuária. A primeira incluiu:

(i) a construção de cerca de 200 km de extensão de novas linhas (um novo troço que liga a mina de carvão de Moatize à ferrovia existente no Malawi, em Nkaya);

(ii) a reabilitação de 682 km de linhas existentes entre o Malawi e Moçambique (de Nkaya a Monapo, na província de Nampula); e

(iii) a construção de um novo ramal ferroviário com cerca de 30 km, do distrito de Monapo ao terminal portuário de Nacala-a-Velha. Prevê-se que 18 milhões de toneladas de carvão sejam transportadas

pela ferrovia construída pela Vale.

A componente portuária consistiu na construção do novo terminal ferroportuário de Nacala-a-Velha, situado na Ponta Namuaxi, a oeste da Baía de Nacala, onde se encontra implantado o Porto de Nacala, e a aproximadamente 5 km da sede do distrito de Nacala-a-Velha. A área concessionada para a implantação do novo terminal é de 600 hectares, tendo a capacidade para estocagem de um milhão de toneladas. O novo terminal ferroportuário de Nacala-a-Velha é o único construído no país após a independência. Em 2015, iniciaram-se as primeiras operações do Corredor, que entrou em pleno funcionamento em 2016.

Desde Entre Lagos, no distrito de Mecanhelas, província de Niassa, junto à fronteira com o Malawi, até perto de Monapo, atingindo os distritos de Nacala e Nacala-a-Velha, na província de Nampula, o Corredor de Nacala é densamente ocupado por povoamentos nos distritos de Mecanhelas e Cuamba, na província de Niassa, e nos distritos de Malema, Ribáuè e Nampula, na província de Nampula. Para fazer face aos diferentes tempos de construção da ferrovia, tipos de intervenção e empresas responsáveis, o Corredor foi dividido em diferentes secções, como ilustrado na Tabela 1.

O Corredor de Nacala é hoje operado pela Corredor de Desenvolvimento do Norte (CDN), uma empresa privada com participação de 51% da SDCN e 49% da CFM. A SDCN, por sua vez, teve a participação de 85% da Vale e 15% de nacionais moçambicanos. Para viabilizar o Corredor de Nacala, a Vale adquiriu, em 2010, os 51% das acções da SDCN, e em 2012, adquiriu nova participação atingindo 85% da SDCN.

TABELA 1 – Síntese dos trechos e respectivas empresas concessionárias da ferrovia Moatize-Nacala-a-Velha.

País	Moçambique		Malawi	Moçambique			
Secção	2	3	5	6	7	8	Porto
Concessionária	CLN	Vale	CEAR	CDN		CLN	

LEGENDA: CLN – Corredor Logístico de Nacala; CEAR – Central East Africa Railways Company Limited; CDN – Corredor de Desenvolvimento do Norte.

FONTE: Vale (2015a, 2015b).

Considera-se a capacidade da ferrovia para 7,2 pares de comboios de carvão por dia, 2 pares de carga geral e 2 pares de comboios de passageiros. Cada comboio de carvão é composto por 120 vagões e 4 locomotivas, o que corresponde à passagem de uma composição a cada 1,2 horas aproximadamente.

6.2. O processo de expropriação de comunidades locais

Tanto em Moçambique quanto no Malawi, a ferrovia construída pela Vale atravessa territórios de diferentes comunidades. Para possibilitá-la, milhares de famílias tiveram de ser removidas. Nesse processo, as famílias perderam suas terras e seus territórios. Algumas foram reassentadas porque viram suas casas destruídas; aquelas que tinham machambas foram indemnizadas devido à perda de suas culturas. Ao serem expropriadas de suas terras, as populações foram reassentadas em locais impróprios, sem condições para a prática da agricultura, comércio, entre outras actividades, e sem o mínimo de infra-estruturas sociais, económicas e de saneamento (Frei, 2019).

Como factor de vulnerabilização, o processo de expropriação colocou em risco a segurança alimentar das comunidades, que, da terra, depende

o seu sustento. Eliminar as machambas significou despossuir as populações de parte de suas identidades e comprometer seus meios de sobrevivência. A naturalização dos processos de expropriação como prática dos megaprojectos de mineração em Moçambique coloca em causa a questão ética e dos direitos humanos. Aráoz (2010) corrobora dessa análise ao entender que diante dos efeitos socioespaciais da mineração nos territórios comunitários e da apropriação privada de bens comuns, os grandes projectos de extractivismo mineral expõem, de maneira clara, a complexidade e as contradições de novos dispositivos expropriatórios, que também expressam a produção de desigualdades e injustiças ambientais.

De facto, o processo de territorialização do capital e os megaprojectos de mineração em Moçambique implicam não só na mudança dos usos da terra e dos recursos, mas também no estabelecimento de novas territorialidades que excluem as anteriores. O novo uso do território acarreta na destruição dos objectos históricos e das respectivas acções que se desencadeavam no território (Matos, 2016). Acarreta também na introdução de objectos e acções que geram territorialidades diferentes e culminam com a expulsão dos sujeitos já territorializados (Santos, 2002; Haesbaert, 2009).

TABELA 2 - Número de famílias reassentadas pela Vale, em Nacala-a-Velha.

Distrito	Comunidade de origem	Local de reassentamento	Número de famílias reassentadas
Nacala-a-Velha	Massingirine	Mucaia 1	4
		Mucaia 2	12
	Napasso e Namuaxi	Naxiropa	19
	Zona da Pedreira (Muriaco)	Muriaco	17
	Namala	Muanona	3
Total			55

FONTE: Trabalho de campo, Nacala-a-Velha, 2016.

Na região de Nacala, o processo de remoção forçada das famílias desenvolveu-se entre 2014 e 2015. Em Nacala-a-Velha, por conta da construção do troço final da ferrovia e do novo terminal ferroportuário, a Vale reassentou 55 famílias de 5 comunidades situadas no posto administrativo-sede, conforme ilustrado na Tabela 2.

A actual legislação de terra e de minas vigente no país estabelece que a concessão de área para o exercício da actividade mineira implica automaticamente a extinção do Direito de Uso e Aproveitamento da Terra (DUAT) das comunidades atingidas, obrigando-se a companhia a proceder a uma indemnização justa em favor daquelas. Geralmente, como se trata de comunidades locais, conforme aponta Matos (2016), o processo de indemnização é acompanhado por um processo de reassentamento, no qual a companhia negocia com as comunidades locais a aquisição de seu DUAT.

Antes do processo de reassentamento, as 16 famílias deslocadas para as comunidades de Mucaia 1 e Mucaia 2 viviam próximo à Barragem de Massingirine, cerca de 40 km de seu novo bairro de residência. Suas principais actividades eram a agricultura de autossustento e a pesca artesanal.

Com seu deslocamento, essas actividades ficaram comprometidas, pois as famílias não as podem mais exercer devido à longa distância que precisam caminhar para as antigas áreas. A Vale não alocou nenhuma nova machamba para os reassentados em Nacala-a-Velha, da mesma forma que não distribuiu energia eléctrica para as famílias conforme prometera. A esse respeito, Gonçalves (2016) considera que, na mineração, o modelo de extractivismo implementado pelo capital hegemónico em diversos países possui como características contraditórias a espoliação e os conflitos, gerando fragmentação das sociabilidades locais, como a expropriação do campesinato.

Na comunidade de Mucaia 1, as casas entregues às famílias reassentadas foram construídas por baixo da linha de alta tensão que alimenta o novo terminal ferroportuário. Além de contrariar a legislação moçambicana sobre energia, esta atitude da Vale coloca em risco a vida das comunidades. Os problemas na comunidade de Mucaia 1 se estendem também para as famílias anfitriãs, cujas casas são fabricadas com material local. Os estrondos causados pelas máquinas pesadas usadas para a construção da ferrovia e também pela circulação dos pares de

trens carregando carvão estão quebrando as casas construídas com blocos de adobe, paus e palha. A poluição sonora causada pela circulação dos comboios e também de máquinas e viaturas afecta as famílias nas comunidades de Mucaia 1 e Mucaia 2.

Gudynas (2009) considera que, para os governos, o debate sobre os efeitos sociais, ambientais e territoriais é muito opaco. Por exemplo, no que respeita à dimensão ambiental, em várias ocasiões, a sua existência é negada ou minimizada. Neste caso, os governos postulam que tais impactos devem ser aceites como “sacrifícios” em troca de maiores benefícios para a nação como um todo. Esta situação é agravada pelo facto de, como forma de atrair investimento, em muitos países em vias de desenvolvimento, as exigências sociais e especialmente ambientais se tornam menos relevantes e mais flexíveis. A Figura 2 mostra como a segurança das comunidades foi negligenciada pela Vale, quando do processo de reassentamento em Nacala-a-Velha.



FIGURA 2 – Exposição a riscos das casas de reassentamento em Mucaia 1, construídas por baixo da linha de alta tensão.

FONTE: Trabalho de campo, Nacala-a-Velha, 2016.

A Vale considera que o grande diferencial do processo de construção das casas em Nacala-a-Velha foi a inclusão dos membros das famílias beneficiárias desde o processo de idealização até a fase final, respeitando os valores e a cultura local. Este facto, no entanto, é questionável. Nas comunidades locais moçambicanas, é comum as casas possuírem cozinha e banheiro externos. Entretanto, constatou-se que, embora as casas construídas pela Vale em Nacala-a-Velha tenham uma qualidade relativamente melhor quando comparadas com as anteriores das famílias reassentadas ou mesmo das famílias já habitando nessas comunidades, as novas casas apresentam problemas. Dentre estes estão: a baixa qualidade das chapas de zinco usadas na cobertura, o que provoca infiltração de água; banheiros sem sistemas de esgoto; e a baixa qualidade do piso. Conforme referem Guimarães & Milanez (2017), os impactos da mineração e das actividades e processos a ela relacionados são severos e os riscos socioambientais dela decorrentes precisam ser previamente calculados, a partir da avaliação de suas consequências.

As 19 famílias reassentadas em Naxiropa foram deslocadas das aldeias de Napasso e Namuaxi, a cerca de 10 km do novo bairro. Tanto em Napasso como em Namuaxi, onde a Vale implantou seu terminal ferroviário, as famílias se utilizavam do mar e da terra para garantir seu próprio sustento. Com a implantação do terminal, dezenas de famílias de pescadores foram vedadas à realização de suas actividades no local. A expulsão compulsória dos pescadores das suas tradicionais áreas de pesca evidencia-se na fala abaixo:

Nós, desde muito tempo, tempo dos nossos avós, dos nossos pais, sempre pescamos ali onde é que o porto

*da Vale está. Agora... a Vale chegou e fomos tirados dali onde nós pescávamos, por causa dos barcos da Vale que vão estar a passar naquela zona. Assim já não temos maneira. Temos que andar muito para ir pescar outros lugares. Não só é longe... lá não tem peixe, mas aqui onde é que tínhamos é que tinha muito peixe. Estamos mal mesmo...*⁵

Foi nestes termos, com semblante angustiado, que um pescador forçado a abandonar o seu local tradicional de trabalho, de onde conseguia pescado para alimentar sua família e também para a venda no mercado local, deixou transparecer sua frustração. Conforme se pode observar, a Vale não previu outro local para a pesca artesanal, ou seja, aquelas famílias cujas actividades pesqueiras eram desenvolvidas na área onde o novo terminal foi implantado estão hoje à sua sorte. A esse respeito, Gudynas (2009) aponta que, em muitos casos, uma maior incidência de sectores extractivos é acompanhada de baixos indicadores sociais, e a abundância destes recursos naturais não gera bem-estar, mas incentiva a “maldição da abundância”.

Porque Namuaxi e Napasso se situam próximos à vila-sede do distrito de Nacala-a-Velha, as famílias conseguiam desenvolver algumas actividades de geração de renda, como o comércio informal e a realização de biscates. Estando agora em Naxiropa, a 10 km da vila-sede do distrito, essas actividades sucumbiram por conta da dificuldade de locomoção das famílias, comprometendo, assim, a sua subsistência, e colocando em causa a questão ética e dos direitos humanos anteriormente referenciada.

Em Naxiropa, à semelhança de outras comunidades, a vida não é nada fácil. Com excepção de

Mucaia 2 e Muriaco, as comunidades reassentadas não beneficiaram de furos de água subterrânea para consumo. Esta situação é um verdadeiro calcanhar de Aquiles. As famílias recorrem à água dos cursos mais próximos ou de poços artesanais, quando existem, para satisfazerem suas necessidades de consumo. Em Napasso, algumas famílias tinham energia eléctrica em suas habitações. Estando em Naxiropa, as famílias perderam esse privilégio.

O acesso à energia eléctrica era importante, pois as famílias conseguiam desenvolver pequenos negócios para o autossustento. E agora não podem mais. Certos electrodomésticos de que algumas famílias dispunham (como televisores, geleiras e rádios) ficaram para trás ou tiveram de ser guardados em casas de familiares, ou ainda foram oferecidos e/ou vendidos, pois não podiam mais ser utilizados nas novas casas fornecidas pela Vale, já que a empresa não instalou corrente eléctrica nelas.

Com efeito, na comunidade de Naxiropa, os reassentados estão a abandonar suas casas. Mesmo tendo sido reassentadas, as famílias procuram, de alguma forma, manter residências em suas antigas comunidades. Assim, verificou-se que as famílias reassentadas vivem uma semana em seus antigos locais de residência e outra semana no novo bairro de reassentamento. Este tipo de migração pendular é movido principalmente pela necessidade, pela vontade e pelo desejo de reviver as antigas formas de vida que não podem mais ser vivenciadas nos novos bairros de reassentamento.

Ainda em Naxiropa, algumas famílias reassentadas eram de pequenos ou médios criadores de gado. Com o seu deslocamento involuntário, os currais

⁵ Entrevista realizada no distrito de Nacala-a-Velha, em 2016.

ficaram para trás e parte do gado desapareceu. *Nós tínhamos gado, mas agora não podemos mais criar porque aqui não temos espaço suficiente. E parte do gado foi roubado devido à transferência*⁶, afirmou um dos reassentados. De facto, uma questão bastante negligenciada em Moçambique está relacionada com o tamanho dos novos espaços realocados às famílias reassentadas. Em Nacala-a-Velha, além do espaço de 20 a 30 m² concebido para a construção das novas casas, não foi alocado, às famílias, outro espaço onde pudessem desenvolver normalmente suas actividades de sobrevivência.

Esse facto comprova nossa análise quando afirmamos que tanto a legislação de minas como a legislação de terras e a de ambiente favorecem o investidor em detrimento das comunidades. Em Naxiropa, devido à falta de terra para cultivo, os



FIGURA 3 – Produção de mandioca nos pátios das casas de reassentamento em Naxiropa.

FONTE: Trabalho de campo, Nacala-a-Velha, 2016.

reassentados acabam utilizando o espaço que sobra nos quintais da casa para produzirem culturas como a mandioca (*Manihot esculenta*), por exemplo, base de sua dieta alimentar, conforme ilustra a Figura 3.

No caso dos novos espaços realocados às famílias reassentadas, fica evidente que os princípios dos direitos consuetudinários da terra e da ocupação de boa-fé consagrados na Lei de Terras são simplesmente diluídos. Ora, em seus locais de origem, as famílias geralmente possuíam uma área maior, que além de satisfazer as necessidades presentes, previa a garantia de terra para as futuras gerações. Com a relocação compulsória para os bairros de reassentamento, perde-se esse direito constitucionalmente estabelecido. As novas e futuras gerações dessas famílias não mais terão terra a herdar conforme o estabelecido na legislação de terras moçambicana.

Além da indisponibilidade de espaços para o cultivo, outra questão importante é negligenciada. Quando do processo de reassentamento, verifica-se que novas famílias são criadas, quer por meio de novos casamentos cujos noivos eram parte do agregado familiar de seus pais, quer como resultado de novos processos migratórios. Diante destas situações, as companhias mineradoras fogem à responsabilidade alegando considerarem apenas as famílias existentes quando do início de seu cadastro. Isto significa que, para efeitos de reassentamento, conta somente a família a ser reassentada e não os seus descendentes. Aliás, entre o tempo que decorre das fases iniciais do reassentamento até o seu término, as famílias abrangidas são proibidas de realizar qualquer nova actividade (social e/ou de sobrevivência). Deste facto resulta que a vida das

⁶ Entrevista realizada em Naxiropa, em 2016.

comunidades atingidas fica paralisada e dependente apenas do reassentamento.

Por sua vez, as 17 famílias reassentadas em Muriaco foram removidas de uma pedreira próxima, que foi explorada pela Vale para a produção de pedra usada na construção de algumas secções da nova ferrovia. À semelhança das outras famílias reassentadas, os reassentados em Muriaco se queixam da falta de terra para o cultivo. Em todas as comunidades reassentadas, as famílias imploram pela construção de infra-estruturas básicas como mercados, centro de saúde, transporte e, em alguns casos, escolas. Essas infra-estruturas não só beneficiariam as famílias reassentadas, como também as famílias que já habitam nessas comunidades de geração em geração.

A falta de emprego directo e indirecto relacionado com a presença da Vale em Nacala-a-Velha também é apontada pelas comunidades como um problema que piora a sua condição de vida. De facto, o estudo de Avaliação do Impacto Ambiental e Social do Terminal Portuário e Ramal Ferroviário de Nacala-a-Velha (Vale, 2010) indicou que a implantação dessas obras poderia afectar a vida das comunidades de diferentes formas, entre elas: alteração das actividades produtivas existentes; alteração do quotidiano da população local, pela remoção de elementos sagrados e remoção de infra-estruturas; limitação na mobilidade da comunidade; aumento do desemprego (na fase de desmobilização), em função da redução de postos de trabalho directos e indirectos; alteração das relações sociais e culturais construídas/ruptura do tecido social; desestruturação espacial das actividades, pela remoção das infra-estruturas; riscos à segurança da comunidade adjacente em função da passagem dos comboios; incómodo à população devido a alteração na paisa-

gem, emissão de ruído e vibração, emissão de poeira e material particulado; e interrupção e restrição à movimentação da comunidade pela restrição de acesso à área do porto.

Do cenário apresentado, pode-se compreender que o megaprojecto de mineração da Vale operando no distrito de Nacala-a-Velha tem faltado ao bem-estar social, material e imaterial, das famílias vivendo nas comunidades atingidas pelo empreendimento. Ao invés de desenvolvimento, está-se a conduzir as famílias à situação de pobreza extrema, colocando-as em uma situação de risco e vulnerabilidade dentro do contexto neoliberal de inserção internacional de Moçambique através do neoextractivismo mineral. Em consequência disso, a condição económica e social das famílias degrada-se cada vez mais com a vida em reassentamento.

As famílias perderam seus territórios e, com eles, houve todo um conjunto de outras perdas: terra para o cultivo, acesso aos mercados e às infra-estruturas sociais, fontes de renda, além da dessacralização de lugares sagrados. A fim de sustentar esses factos, apresentamos a seguir alguns depoimentos das famílias retratando sua condição de vida nos bairros de reassentamento, em Nacala-a-Velha:

Não temos o que fazer. Antigamente pelo menos conseguíamos carvão para vender. Não existe nenhum relacionamento com a Vale. Não existe cursos de capacitação para formação da vida. Não existe apoio às crianças, mulheres e homens. Enfim... seria melhor o futuro no reassentamento se as condições fossem melhores (reunião de grupo focal com as famílias reassentadas na comunidade de Mucaia 1, em 2016).

Vivemos de qualquer maneira. Nossas mulheres saem dias antes para dar parto na vila. Houve exumação de corpos. Contudo, o cemitério fica longe, daí que

a população não usa o novo cemitério. A população tem certeza que o destino é incerto (reunião de grupo focal com as famílias reassentadas na comunidade de Naxiropa, em 2016).

Nós estamos a viver apenas. Não sabemos como. Perdemos nossas árvores de frutas (cajueiros) e machambas. E não temos mais alternativas. Nós não temos nenhum benefício com os projectos da Vale (reunião de grupo focal com as famílias reassentadas na comunidade de Muriaco, em 2016).

O avanço da exploração mineira desencadeia impactos territoriais profundos, como visto nestes testemunhos. Hoje, por conta dos megaprojectos de mineração em Moçambique, milhares de chefes de famílias não têm emprego ou negócios, tampouco alternativas de geração de renda; foram simplesmente transformados em cidadãos ociosos. De facto, Guimarães & Milanez (2017) corroboram com essa análise, ao afirmarem que o desenvolvimento da actividade mineira cria dependência económica da população local através da transformação e/ou mesmo inibição de outras actividades geradoras de renda, colocando-as em situação de constante vulnerabilidade. Gudynas (2009) entende que isso ocorre porque, em muitos casos, a territorialização dos megaprojectos representa a chegada de contingentes de operadores e técnicos e do seu equipamento a áreas remotas, onde a maioria da população não tem ainda a formação e/ou capacitação para fazer face às demandas tecnológicas das mineradoras.

Em Moçambique, as famílias clamam pela “generosidade” das empresas, que oferecem limitadas oportunidades de negócio através de pequenos projectos de geração de renda. Conforme refere Mimbire (2016), o acesso a tais oportunidades torna-se ainda mais limitado visto não haver trans-

parência na sua atribuição, havendo pessoas que se beneficiam múltiplas vezes, sobretudo no nível das lideranças, além de que os funcionários públicos também concorrem para esses recursos.

Além dos factos aludidos, um aspecto chama atenção em Nacala-a-Velha. À entrada da vila-sede do distrito, encontra-se pendurado um tabuleiro instalado pelo governo local que o considera um “cartão de visita” do distrito (Figura 4). Embora o governo tenha escolhido homenagear a Vale com esta iniciativa, o facto curioso dessa imagem é que ao mesmo tempo em que se exalta a mineradora, mostra-se também a situação real do país: camponeses vendendo carvão vegetal para sustento próprio e o de suas famílias. Ou seja, por um lado, fica evidente o esforço do governo que de tudo faz para promover o discurso capitalista de bem-estar social, encorajando as populações a acreditarem num imaginário de desenvolvimento, isto é, que,



FIGURA 4 – Cartão de visita do distrito de Nacala-a-Velha.

FONTE: Trabalho de campo, Nacala-a-Velha, 2016.

de facto, esses projectos são bem-vindos para as comunidades. Mas do outro lado da moeda estão presentes as penosas condições sociais em que se encontra a maioria da população que dia-a-dia labuta para garantir sua própria sobrevivência e a de seus dependentes.

7. Considerações finais

Este estudo buscou analisar implicações socio-territoriais decorrentes da implantação do terminal ferroportuário e da construção da ferrovia para o transporte e a exportação do carvão de Moatize, em Nacala-a-Velha. Ao longo do trabalho tentámos demonstrar que existe uma estratégia geopolítica de inserção de Moçambique no circuito mundial de produção de *commodities* minerais. Essa estratégia está relacionada, por um lado, ao processo de reestruturação produtiva que se afigura como um enfrentamento à crise estrutural do sistema mundial de produção capitalista. E, por outro lado, ao papel desempenhado pelo governo moçambicano que, por meio de constantes investidas na legislação sobre terras e minas, apoia a territorialização de megaprojectos e, conseqüentemente, conduz ao processo de espoliação das comunidades. Isto é, existe um projecto estatal e privado de territorialização dos megaprojectos dentro da cadeia global extractivista voltada para a produção de *commodities* minerais.

Nessa lógica, a expropriação das comunidades torna-se um processo irreversível, implicando na perda de benfeitorias e no reassentamento compulsório. Isoladamente ou em conjunto, estes aspectos conduzem à precarização das condições de vida material e imaterial das comunidades impactadas. Com efeito, o estudo entende que, em Moçambique, a

expropriação da população local e a territorialização dos megaprojectos estão na base de um processo de construção social de riscos, evidenciando a vulnerabilização do território dentro da lógica capitalista desenvolvimentista. Ademais, é fundamental que o governo possa rever a legislação de terras e de minas, no sentido de que os maiores beneficiários com a exploração das riquezas naturais de que o país dispõe sejam efectivamente as comunidades locais.

Referências

- Abrahamsson, H.; Nilsson, A. *Moçambique em transição*: um estudo da história do desenvolvimento durante o período 1974-1992. Maputo: CEEI-ISRI; Gotemburgo: Padrigu, 1994.
- Aráoz, H. M. *Auge minero y dominación neocolonial em América Latina*: ecología política de las transformaciones socioterritoriales neoliberales, 2010. Disponível em: <<http://cdsa.aacademica.org/000-062/1107.pdf>>. Acesso em: jan. 2022.
- Bata, E. J.; Barreira, C. C. Impactos sócio-espaciais e político-econômicos dos grandes projetos de mineração em Moçambique: o caso da exploração do carvão mineral de Moatize. In: *Anais do Encontro Nacional da ANPEGE*. Presidente Prudente, 9-12 out., 2015. Disponível em: <<http://www.enanpege.ggf.br/2015/anais/arquivos/24/659.pdf>> Acesso: mai. 2021.
- Brynildsen, Ø. S.; Nombora, D. *Mineração sem desenvolvimento*: o caso da mina da Kenmare em Moma, Moçambique. Maputo: CIP/Eurodad, 2013.
- Calaça, M. A territorialização do capital no Cerrado: uma abordagem metodológica. In: Santos, R. de S. et al. (Orgs.). *Território e diversidade territorial no cerrado*: cidades, projetos regionais e comunidades tradicionais. Goiânia: Kelps, p. 19-36, 2013.
- Castel-Branco, C. N. *Economia extractiva e desafios de industrialização em Moçambique*. Cadernos IESE n. 1. Maputo: IESE, 2010. Disponível: <<https://www.iese.ac.mz/>>

lib/publication/cad_iese/CadernosIESE_01_CNCB.pdf> Acesso: nov. 2020.

Catsossa, L. A. Terras negras, donos brancos: uma análise sobre o processo de expropriação de terras no norte de Moçambique e sua implicação para as comunidades locais. *In: Anais do Encontro Nacional da ANPEGE*. Presidente Prudente, 9-12 out., 2015. Disponível em: <<http://www.enanpege.ggf.br/2015/anais/arquivos/9/269.pdf>>. Acesso: out. 2021.

Fernandes, B. M. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. *Nera*, 8(6), 14-34, 2005. doi: 10.47946/rnera.v0i6.1460

Ferrão, V. *Compreender Moçambique*. Maputo: DINAME, 2002.

Frei, V. V. M.; Chaveiro, E. F.; Macaringue, E. J. Mineração e apropriação da terra em Moçambique: algumas reflexões sobre o processo de expropriação das comunidades locais. *In: Anais do Encontro Nacional Geógrafos*. São Luís, 24-30 jul., 2016.

Frei, V. V. M. Megaprojectos de mineração e o ônus do “desenvolvimento” nas comunidades locais da província de Nampula-Moçambique: o caso de Topuito. *Sapiência*, 8, 60-92, 2019. Disponível em: <<https://www.revista.ueg.br/index.php/sapiencia/article/view/9812>>. Acesso em: jan. 2022.

Frei, V. V. M. Lei de terras, de minas e de investimento estrangeiro e a territorialização dos megaprojectos de mineração em Moçambique: uma análise sobre o processo de expropriação das comunidades locais. *In: Matos, P. F. de; Mendonça, M. R. (Orgs.). Mineração e agrohidronegócio: efeitos no ambiente, trabalho e saúde*. Jundiaí: Paco, p. 189-218, 2020.

Gonçalves, G. J. de A. F. Capitalismo extrativista na América Latina e as contradições da mineração em grande escala no Brasil. *Brazilian Journal of Latin American Studies*, 15(29), 38-55, 2016. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/prolam/article/view/133593/133845>>. Acesso em: jan. 2022.

Gudynas, E. Dieztesis urgentes sobre el nuevo extractivismo. *In: CAAP; CLAES (Orgs.). Extractivismo, política y*

sociedad. Quito: Centro Andino de Acción Popular; Centro Latino-Americano de Ecología Social, p. 187-225, 2009. Disponível em: <<https://www.researchgate.net/publication/326671445>>. Acesso em: jan. 2022.

Guimarães, C. L.; Milanez, B. Mineração, impactos locais e os desafios da diversificação: revisitando Itabira. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, 41, 215-236, 2017. doi: 10.5380/dma.v41i0.49360.

Haesbaert, R. Des-caminhos e perspectivas do território. *In: Ribas, A. D.; Sposito, E. S.; Saquet, M. A. (Orgs.). Território e desenvolvimento: diferentes abordagens*. Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2004.

Haesbaert, R. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

Harvey, D. *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2012.

Heidrich, Á. L. Espaço e multiterritorialidade entre territórios – reflexões sobre a abordagem territorial. *In: Pereira, S. R.; Costa, B. P. da; Souza, E. B. C. de (Orgs.). Teorias e práticas territoriais: análises espaço-temporais*. São Paulo: Expressão Popular, p. 25-35, 2010.

INE – Instituto Nacional de Estatística. *Censo agropecuário, CAP 2009-2010: resultados definitivos – Moçambique*. Maputo, 2011. Disponível em: <<http://www.ine.gov.mz/operacoes-estatisticas/censos/censo-agro-pecuario/cap-2009-2010>>. Acesso em: set. 2016.

INE – Instituto Nacional de Estatística. *Anuário estatístico 2018 – Província de Nampula*. Nampula: Delegação Provincial do INE, 2019. Disponível em: <<http://www.ine.gov.mz/estatisticas/publicacoes/anuario/provincia-nampula-1/anuario-estatistico-nampula-2018-3.pdf/view>>. Acesso em: jul. 2020.

INE – Instituto Nacional de Estatística. *Anuário estatístico 2019 – Moçambique*. Maputo, 2020. Disponível em: <<http://www.ine.gov.mz/estatisticas/publicacoes/anuario/nacionais/anuario-estatistico-2019-web-cpl.pdf/view>>. Acesso: ago. 2020.

MAE – Ministério da Administração Estatal. *Perfil do distrito de Nacala-a-Velha, província de Nampula*. Maputo, 2014. Disponível em: <<https://www.maefp.gov.mz/index.php/>>

- documentos/nacala/viewdocument>. Acesso em: jun. 2016.
- Marx, K. *A origem do capital*. São Paulo: Centauro, 2000.
- Matos, E. A. de C. *Desterritorialização e reterritorialização das comunidades atingidas pela exploração do carvão mineral em Moatize, Moçambique*. Porto Alegre, Tese (Doutorado em Geografia) – UFRGS, 2016.
- Mendonça, M. R. *A urdidura espacial do capital e do trabalho no cerrado do sudeste goiano*. Presidente Prudente, Tese (Doutorado em Geografia) – UNESP, 2004.
- Mimbire, F. *Num contexto de crise das commodities – desafios de um país potencialmente rico em recursos minerais: estabelecendo as bases para evitar a “maldição dos recursos” em Moçambique no novo “superciclo” dos preços das matérias-primas*. Maputo: CIP, 2016.
- Mosca, J. *Políticas agrárias de (em) Moçambique, 1975-2009*. Maputo: Escolar, 2011.
- PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. *Human development report: the next frontier – human development and the anthropocene*, 2020. Disponível em: <<http://hdr.undp.org/en/2020-report>>. Acesso em: jan. 2021.
- Raffestin, C. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.
- Rossi, A. *Moçambique, o Brasil é aqui: uma investigação sobre os negócios brasileiros na África*. Rio de Janeiro: Record, 2015.
- Santos, M. *Por uma nova geografia*. São Paulo: Edusp, 2002.
- Saquet, M. A. *Os tempos e os territórios da colonização*. Porto Alegre: EST, 2003.
- Selemane, T. *Questões à volta da mineração em Moçambique: relatório de monitoria das actividades mineiras em Moma, Moatize, Manica e Sussundenga*. Maputo: CIP, 2010.
- Souza, M. L. de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: Castro, I. E. de et al. (Orgs.) *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- Sposito, E. S. *Contribuição à metodologia de ensino do pensamento geográfico*. Presidente Prudente, Tese (Livre Docência) – FCT/UNESP, 2000.
- Sposito, E. S. Sobre o conceito de território: um exercício metodológico para a leitura da formação territorial do sudoeste do Paraná. In: Ribas, A. D.; Sposito, E. S.; Saquet, M. A. (Org.). *Território e desenvolvimento: diferentes abordagens*. Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2004, p. 15-36.
- Thomaz Júnior, A. Por uma geografia do trabalho! reflexões preliminares. *Tamoios*, 1 (1), 38-51, 2005.
- Vale. *Estudo de impacto ambiental do terminal portuário e ramal ferroviário de Nacala-a-Velha*. Maputo, 2010.
- Vale. *Nossa história 2012*. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <<http://www.vale.com/PT/aboutvale/book-our-history/Paginas/default.aspx>>. Acesso em: fev. 2021.
- Vale. *Plano de mobilidade das ferrovias CDN, CLN, CEAR e VLL*. 2015a.
- Vale. *Resumo da estratégia e plano de segurança da comunidade. CDN, CLN, CEAR e Vale*. 2015b.
- Vale. *Projecto Corredor Nacala*: boletim informativo. Edição Especial, set., 2016.